

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERNA DE
CONTRATOS DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE – CICGCSS/SES/GO,
DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS**

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2024-SES/GO

PROCESSO Nº 202300010063743

OBJETO: Seleção de entidade para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde com funcionamento de segunda a sexta-feira, 12 horas diárias, das 07h00 às 19h00, sendo os usuários devidamente referenciados pela Regulação Estadual (salienta-se que, em caso de realização de terapia renal substitutiva, o funcionamento poderá se dar também em outros turnos e/ou dias da semana, de acordo com autorização da SESGO), na **Policlínica Estadual Brasil Bruno de Bastos Neto Região Rio Vermelho - Goiás**, localizado na Avenida Nossa Senhora Aparecida, Fazenda Três Palmeiras (antiga estrada vicinal) – Goiás – GO, CEP.: 74600-000, bem como a promoção de todas as atividades constantes do Plano de Trabalho e seus anexos, parte integrante do Edital.

**ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO, INOVAÇÃO E RESULTADOS EM
SAÚDE – AGIR**, já qualificada nos autos em epígrafe, por seu representante devidamente cadastrado no certame, vem respeitosa e tempestivamente¹ perante Vossa Senhoria, com fulcro no item 11.3 do instrumento convocatório², apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela instituição Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus, nos termos em que passa a expor.

¹ Considerando que a divulgação, por parte da Comissão, do recurso interposto pela instituição Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus-HMTJ se deu em 18/11/2024 (segunda-feira), o prazo de 03 (três) dias úteis previsto no item 11.3 do Edital para apresentação de contrarrazões se encerra em 22/11/2024 (sexta-feira), comprovada, portanto, sua tempestividade.

² **11.3.** Caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis após a publicação do *Informativo de Resultado Preliminar*, que ocorrerá no site da SES/GO, o qual deverá ser protocolado via email no endereço indicado no "Aviso de Chamamento Público", junto à Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde - CICGCSS/SESGO, ficando as demais interessadas desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo de recurso.

Outrossim, requer à Comissão processante que negue provimento ao recurso administrativo interposto ou, em caso de procedência, que sejam as presentes contrarrazões encaminhadas à autoridade competente — Exmo. Sr. Secretário da Saúde do Estado de Goiás³ — para que aprecie as razões anexadas, requerendo seja negado provimento ao recurso administrativo interposto pelo Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus.

Termos em que, pede deferimento.

Goiânia, 22 de novembro de 2024.

Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde-AGIR

Lucas Paula da Silva

Superintendente Executivo

CPF: 894.828.751-68

³ Artigo 56, § 1º, da Lei estadual nº 13.800/2001.

“CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO”

1 – DA COMPETIÇÃO/SELEÇÃO EM CURSO E SÍNTESE DAS RAZÕES RECURSAIS

Cuida-se de Chamamento Público promovido pela Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Goiás – SES/GO, por meio do qual este ente público estadual pretende selecionar entidade para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde na **Policlínica Estadual Brasil Bruno de Bastos Neto Região Rio Vermelho - Goiás**, localizada na cidade de Goiás – GO, nos termos do Instrumento Convocatório.

Após publicação do Resultado Preliminar de Análise de Proposta de Trabalho, que classificou a AGIR em 1º lugar com NT 33,43, e instituição Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus em 2º lugar com NT 30,02 pontos, o Recorrente interpôs o Recurso Administrativo ora em análise, arguindo, em suma: **(i)** não conformidade da proposta técnica da Agir com o que o edital do certame exige, **(ii)** inexequibilidade da proposta financeira no que se refere aos encargos sociais, ao serviço de laboratório e ao serviço de imagem, **(iii)** não conformidade da proposta técnica da Agir com o que o edital, no que se refere à comprovação de experiência anterior do seus corpo técnico, **(iv)** não conformidade da proposta técnica da Agir no que se refere: ao fluxo de rouparia, falha no plano de gerenciamento de resíduos de saúde, falhas em protocolos assistências, **(iv)** suposta desconformidade na pontuação do Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus-HMTJ, visto que, segundo sua ótica, alguns pontos deixaram de ser atribuídos à sua proposta.

Contudo, a r. decisão que classificou a Agir em 1º lugar revela-se irretocável, devendo ser negado provimento ao recurso administrativo interposto, consoante se passará a demonstrar a seguir.

A ora Peticionária reputa pertinente desde já promover o enfrentamento de questão suscitada nas razões do recurso interposto que não têm qualquer relação de pertinência com a qualificação demonstrada pela Peticionária ou com o conteúdo de sua Proposta de Trabalho a qualquer título.

2 – RAZÕES PARA IMPROVIMENTO DO RECURSO INTERPOSTO

2.1. APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE VALIDADE DA PROPOSTA

A Recorrente alega que a Agir não apresentou declaração de validade da proposta, conforme anexo II do edital. Alega que tal documento deve constar tanto do envelope 1 como do envelope 2.

O edital em seu item 6, que cuida da forma como os documentos de habilitação e os documentos que acompanham a proposta devem ser apresentados, estabelece que devem ser por meio de dois envelopes, onde: Envelope 1 deve conter e proposta de trabalho e; Envelope 2 deve conter a documentação de habilitação. Vejamos:

6. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.1. No local, data e hora estabelecidos neste instrumento, as entidades interessadas neste Chamamento Público apresentarão os documentos e as propostas exigidos no presente Edital em 02 (dois) envelopes opacos, indevassáveis e lacrados, constando obrigatoriamente da parte externa de cada um as seguintes indicações:

ENVELOPE 01: PROPOSTA DE TRABALHO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE-
SES/GO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2024
(razão social e endereço da entidade)

ENVELOPE 02: DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE-SES/GO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2024
(razão social e endereço da entidade)

Já o item 9 do edital, especifica, de forma detalhada e taxativa, o rol de toda a documentação que deve conter no envelope 2, o envelope dos documentos de habilitação. Sendo que em seu item 9.1.11.1, consta, a exigência da apresentação da Declaração de Validade Jurídica da Proposta. Vejamos o texto do respectivo dispositivo editalício:

“9. HABILITAÇÃO

9.1. O ENVELOPE “02” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - deverá conter todos os documentos especificados a seguir:

(...)

9.1.11. Declarações do Anexo II do Edital:

9.1.11.1. Declaração de Validade Jurídica da Proposta;

(...)”

 @agirsaude

 /agirsaude

 /agir.saude

 /tvagir

 /agirsaude

 secretariageral@agirsaude.org.br

 (62) 3995-5406

 Av. Olinda com Av. PL3, Qd. H4 Lt 1,2,3 Ed. Lozandes Corporate Design,
Torre Business, 20º Andar, Parque Lozandes. Goiânia - Goiás - CEP: 74884-120

O anexo II do edital traz dentre os diversos modelos de declarações exigidas, a declaração de validade jurídica da proposta, ora em comento. Sendo que no próprio modelo apresentado pelo edital, em consonância com o prefalado item 9.1.11.1, consta que a referida declaração deve ser juntada no envelope 2. Lembrando que o envelope 2, nos termos do que preceitua todo instrumento convocatório, é o envelope dos documentos habilitatórios.

**ANEXO II DO EDITAL
MODELOS DE DECLARAÇÕES**

MODELO DE VALIDADE JURÍDICA DA PROPOSTA
(deve ser juntada também ao Envelope II - PROPOSTA DE TRABALHO)

Ref.: Chamamento Público nº 02/2024

Pela presente DECLARAÇÃO, torno público para os devidos fins, que prestarei na **Policlínica Estadual Brasil Bruno de Bastos Neto - Região Rio Vermelho - Goiás**, localizada na Avenida Nossa Senhora Aparecida, Fazenda Três Palmeiras (antiga estrada vicinal) - Goiás - GO, todos os serviços descritos na PROPOSTA DE TRABALHO apresentada no Chamamento Público nº 02/2024.

Declaro que a validade da proposta apresentada é de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de abertura da seleção.

Informo, ainda, que conheço as Leis e normas jurídicas que respaldam a parceria pretendida e que obedecerei aos princípios e legislações do Sistema Único de Saúde - SUS, bem como respeitarei o caráter público da Unidade de Saúde.

O instrumento convocatório em seu item 7, que cuida da “Forma de apresentação das propostas e dos documentos, traz o seguinte texto:

**“7. FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E
DOS DOCUMENTOS
(...)”**

 @agirsaude

 /agirsaude

 secretariageral@agirsaude.org.br

 /agir.saude

 /tvagir

 (62) 3995-5406

 /agirsaude

 Av. Olinda com Av. PL3, Qd. H4 Lt 1,2,3 Ed. Lozandes Corporate Design,
Torre Business, 20º Andar, Parque Lozandes. Goiânia - Goiás - CEP: 74884-120

7.1.5. Fica estabelecida a validade mínima da proposta por 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da abertura de seu envelope pela Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde - CICGSS/GAB/SES-GO.”

Do dispositivo editalício acima transcrito, resta claro e evidente que o próprio edital já traz a regra de que a validade mínima da proposta será de 120 (cento e vinte) dias. Portanto, não há que se falar em prazo de validade inferior ao estabelecido pela regra do edital.

Há ainda que se considerar que a declaração da validade jurídica da proposta, não consta em nenhum dos dispositivos do edital que trazem as regras para a apresentação e para o conteúdo do envelope de proposta (envelope 1).

Na verdade, há no edital uma pequena falha material. Explicamos abaixo.

-Em seu subitem 9.1.11.1, há a exigência da apresentação da Declaração de Validade Jurídica da Proposta dentro do envelope 2, envelope dos documentos de habilitação. Nesse mesmo sentido, no modelo da declaração a ser apresentada (constante do anexo II do edital), consta que a referida declaração deve ser juntada ao envelope 2. Contudo ao especificar o envelope 2, por equívoco, menciona “proposta de trabalho”.

Importante repisar aqui que, em nenhum dispositivo contido no “corpo” do edital há a exigência de que a declaração de validade jurídica da proposta devesse constar do envelope de proposta de trabalho. Muito pelo contrário, há exigência apenas de que consta do envelope de documentação de habilitação. Exigência essa que foi atendida pela Agir, o que poderá ser verificado na hipótese de uma possível abertura do seu envelope de habilitação.

Nos parece que a recorrente quis, se valer do equívoco material constante do edital para, de forma inadvertida e desarrazoada, tentar prejudicar a Agir. O recurso não merece guarida.

Ante ao exposto, torna-se indiscutível o afastamento/não acolhimento dos argumentos trazidos pela recorrente, uma vez que a exigência editalícia, ora sob exame, deve ser verificada em momento futuro, quando da abertura do envelope 2 contendo os documentos de habilitação.

A recorrente tenta influenciar e impor à Comissão Julgadora um entendimento que não coaduna com os princípios e diretrizes da Administração Pública contemporânea. A recorrente, com seus argumentos, tenta desclassificar a proposta da Agir, tenta atribuir falhas que não existem. E, mesmo se fossem reais, não representariam vícios capazes de comprometer a veracidade, validade e substância das informações prestadas.

Importa destacar, por amor ao debate, que em que pese se considere atendidas todas as exigências editalícias conforme se demonstrou em tópicos anteriores, da análise dos argumento trazido pela recorrente, se faz possível notar que está pautado em supostos descumprimentos de item do instrumento convocatório que é fruto de uma visão distorcida e tendenciosa, visto que a alegada insuficiência de documentos apresentados no processo de seleção decorre de interpretação desarrazoada e exagerada dos dispositivos editalícios.

Significa dizer, portanto, que a despeito de Agir ter atendido a todas as condições de classificação, além de comprovar a capacidade para atendimento do objeto e interesses almejados com o presente procedimento, a recorrente solicita a sua desclassificação/eliminação pelo simples fato de não ter apresentado no envelope 1 (da

proposta) certo documento que, nos termos dos dispositivos do edital acima abordados, devem, constar do envelope 2 (dos documentos de habilitação).

A abordagem da recorrente se revela evidentemente desproporcional e equivocada. Sua conduta, além de prejudicar o interesse público, não se revela adequada aos ditames legais que disciplinam a condução de procedimentos pela Administração Pública.

É evidente que a Administração Pública deve ser cautelosa quando da realização de procedimento de seleção, considerando não só o preço proposto, mas também a capacidade técnica das proponentes para execução do objeto contratual e sua qualificação econômico-financeira para garantia de execução regular e ininterrupta dos serviços.

Tal cautela, contudo, não pode culminar em exigências despropositadas ou em culto vazio da forma, que implique em prejuízo ao interesse público almejado, em uma competição para identificar o melhor colecionador de papéis ou melhor cumpridor de edital.

Cada exigência, cada elemento integrado ao diploma legal e empregado num edital visa o atendimento de uma finalidade real, concreta, efetiva, uma substância, uma segurança ou condição subjetiva do candidato, da qual a Administração Pública reputou importante se cercar.

Diante deste cenário, a aceitação dos argumentos da recorrente implica em descumprimento das regras editalícias.

Evidente, pois, a gravidade da consequência do acolhimento dos argumentos da recorrente, que culminaria não apenas na ausência da possibilidade de escolha da melhor proposta e na indevida restrição à competitividade da seleção.

Deste modo, considerando o que foi arguido pela recorrente, que tenta imprimir à proposta da Agir, envelope 2, a ausência de documento que não foi exigido expressa e especificamente em Edital, como na hipótese dos autos, cabe à ilustre Comissão Julgadora refutar e não acolher os argumentos da recorrente. Pois, o acolhimento de tais argumentos de recurso contaminariam o certame com vício insanável.

Por todo exposto é que se roga seja negado provimento ao recurso interposto.

2.2. EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA FINANCEIRA DA AGIR

2.2.1. EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA FINANCEIRA DA AGIR, NO QUE SE REFERE AOS ENCARGOS SOCIAIS E CONTRIBUIÇÕES

Alega a recorrente que a Agir atribuiu valor irrisório para o pagamento de encargos sociais e contribuições.

Tal alegação é desarrazoada e descabida, uma vez que a proposta financeira apresentada pela Agir possui total conformidade com a legislação vigente e com a realidade operacional da instituição.

Importante ressaltar que, nos termos da Lei Complementar nº 187/2021 e do Decreto nº 11.791/2023, a Agir é uma entidade detentora do Certificado de

Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), o que lhe assegura isenções tributárias específicas, conforme previsto no arcabouço jurídico que rege a matéria.

Dentre as isenções estabelecidas em lei, destacamos a desoneração da cota patronal de contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento, que corresponde a 20% (vinte por cento) do total da remuneração, 5,80% (SALÁRIO EDUCAÇÃO, INCRA, SENAI, SESI, SEBRAE de contribuições de outras entidades, além da isenção no RAT – Risco Acidente de Trabalho, como também a isenção de 1% do PIS sobre folha de pagamento. Essa isenção impacta diretamente no cálculo dos encargos sociais, reduzindo significativamente o percentual necessário para o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Em sua proposta apresentada, a Agir considerou para encargos sociais e contribuições, o percentual de 22,80% (vinte e dois vírgula oito por cento). Esse percentual foi calculado pautado nos mais de vinte anos de experiência, consolidada e exitosa, desta instituição na gestão de unidades e de serviços de saúde. Sempre, respeitando, integralmente, as regras e as especificidades aplicáveis às entidades com certificação CEBAS.

Esse percentual de 22,80% (vinte e dois vírgula oito por cento), contempla:

- Encargos legais obrigatórios não isentos, tais como FGTS, RAT/SAT, INSS retido sobre salários acima do teto para benefícios não contemplados pela isenção, e outros custos aplicáveis.
- Custos relacionados à gestão de pessoal, incluindo seguros, treinamentos e benefícios, alinhados com o orçamento detalhado apresentado.

Esse mesmo percentual de 22,80% (vinte e dois vírgula oito por cento), sempre foi aplicado para todos os contratos de gestão da Agir, bem como para o cálculo do custo dos seus colaboradores da sua matriz (unidade corporativa).

E, justamente, por estar em conformidade com a legislação, nunca foi objeto de processo judicial, seja de ordem tributária/fiscal ou mesmo trabalhista (individual e/ou coletivo) questionando a forma e os percentuais dos recolhimentos dos seus encargos trabalhistas.

A Agir possui um histórico comprovado de execução bem-sucedida de contratos semelhantes respeitando rigorosamente as obrigações trabalhistas e fiscais, sem comprometer a qualidade dos serviços prestados. Tal experiência garante que o percentual apresentado na proposta é compatível com a realidade operacional e atende integralmente às necessidades do contrato em questão.

Oportuno, ainda ressaltar que a Agir, periodicamente, passa por processo de auditoria, realizado por empresa de auditoria externa independente. Sendo que, a forma de pagamento e os percentuais dos seus encargos trabalhistas, e nunca foi objeto de questionamento e/ou apontamento, por parte da equipe de auditores externos independentes.

De igual modo, a Agir, possui, há mais de vinte anos, contrato de gestão firmado com o Estado de Goiás e sempre teve suas prestações de contas aprovadas pelo parceiro público. Caso houvesse alguma inconsistência e/ou não conformidade na forma de recolhimento dos encargos sociais, ora questionados, com certeza suas contas não seriam aprovadas pelo ente público contratante.

Dito isso. Reafirmamos que todos os valores apresentados na proposta estão em plena conformidade com a legislação vigente, considerando os benefícios tributários assegurados às entidades certificadas com CEBAS. Essa condição é reconhecida pelas autoridades fiscais e trabalhistas, sendo um diferencial legítimo que contribui para a eficiência financeira de nossa proposta.

O questionamento levantado pela concorrente parte de uma análise que desconsidera a realidade jurídica e tributária aplicável à Agir como entidade sem fins lucrativos e certificada com CEBAS. Os benefícios fiscais decorrentes dessa certificação foram devidamente considerados na elaboração da proposta, garantindo sua exequibilidade sem prejuízo às obrigações legais e à qualidade dos serviços prestados.

Cabe informar que a proposta de trabalho apresentada pela recorrente HMTJ, no que se refere aos encargos sociais decorrentes da folha de pagamento, contempla percentual de PIS sobre folha de pagamento. Encargo esse que é objeto de isenção para as instituições certificadas CEBAS. De igual modo, a proposta da recorrente HMTJ, também contempla percentual de Férias da ordem de 8,33%. Este percentual não reflete a realidade, pois deve ser considerado como custo de férias apenas o terço constitucional (que é de 2,78%).

O percentual de 8,33% apresentado pela recorrente, como sendo referentes às férias, em verdade, é a antecipação do salário do empregado, que já está prevista na remuneração do mesmo. Logo, não representa custo de pessoal.

Por fim, a proposta de trabalho da recorrente, ainda repete encargos ao informar “Encargos de FGTS sobre férias e e/ou “encargos FGTS sobre 13º salário”.

Todos esses encargos já estão previstos no percentual de FGTS 8% provisionado no percentual de 22,80%.

Disto isso. Resta claro e cristalino que: a) as alegações da recorrente não possuem razão de existir; b) a recorrente possui entendimentos equivocados sobre o tema encargos trabalhistas e sociais.

2.2.2. EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA FINANCEIRA DA AGIR, NO QUE SE REFERE AOS SERVIÇO DE LABORATÓRIO

Outra vez a recorrente, faz alegações infundadas ao afirmar que a Agir atribuiu valor inexecutável para o serviço de laboratório.

O edital regente do certame em comento, em sua página 77, traz a seguinte informação: “50.2.5. O custeio do "Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico (SADT)" foi estimado multiplicando o número de exames pelo seu custo unitário, conforme metas estimadas no Anexo I, de acordo com a necessidade locorregional, demonstrado na figura abaixo:” Este item traz o quantitativo de 2.702 exames/mês de Análises Clínicas.

Já na página 78, consta o seguinte texto: “ 51.1. ... o custeio mensal estimado para a operacionalização da POLICLÍNICA ESTADUAL BRASIL BRUNO DE BASTOS NETO REGIÃO RIO VERMELHO – GOIÁS é de R\$ 2.677.633,67 (dois milhões, seiscentos e setenta e sete mil seiscentos e trinta e três reais e sessenta e sete centavos) no percentil P50.”. Desse modo, valor estimado para custear o serviço de Análises Clínicas é da ordem de R\$ 33.369,70 (trinta e três mil, trezentos e sessenta e sete reais e setenta e sete centavos), a um custo unitário de R\$ 12,35 (doze reais e trinta e cinco centavos).

Ainda, é importante trazer à baila que o quantitativo apresentado pela instituição HMTJ, em seu recurso administrativo – 7.673 exames/mês é bem superior ao quantitativo pactuado como meta de produção em Contrato de Gestão – 2.702 exames/mês. Logo, não há coerência entre o quantitativo estimado de exames constantes do edital com o quantitativo de exames estimado pela recorrente. São números muito discrepantes e distantes um do outro.

Ressalta-se que a Agir apresentou proposta para o quantitativo estimado no total estimado apresentado pelo edital de referência, com a possibilidade de contratação de profissionais celetistas, por meio da Certificação CEBAS, reduzindo o custo com encargos sociais, impactando diretamente no custo unitário do serviço a ser realizado na Policlínica. (em parágrafos anteriores já discorremos sobre os benefícios da certificação CEBAS).

Além do mais há que se considerar ainda, que, nos termos do item 3 – QUALIDADE TÉCNICA (pg. 35 do edital), o qual apresenta o seguinte texto: “Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) ativo e regular na área da saúde, com proposta de aplicação do recurso na unidade hospitalar, com anuência posterior da SES/GO”, a Agir, em sua proposta financeira aloca recursos para a otimização dos serviços serem realizados na Unidade.

Isto posto. Resta demonstrado que a recorrente não assiste razão em sua alegação.

A Agir reitera a exequibilidade da sua proposta financeira apresentada, garantindo a qualidade e a confiabilidade dos dados.

2.2.3. EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA FINANCEIRA DA AGIR, NO QUE SE REFERE AOS SERVIÇO DE IMAGEM

 @agirsaude

 /agirsaude

 /agir.saude

 /tvagir

 /agirsaude

 secretariageral@agirsaude.org.br

 (62) 3995-5406



Av. Olinda com Av. PL3, Qd. H4 Lt 1,2,3 Ed. Lozandes Corporate Design,
Torre Business, 20º Andar, Parque Lozandes. Goiânia - Goiás - CEP: 74884-120

Alega a recorrente que a Agir atribuiu valor inexequível para o serviço de imagem.

Da análise da documentação apresentada pela instituição HMTJ, percebe-se que a mesma apresentou um valor estimado de gastos com exames de imagem na ordem de R\$ 119.072,50, refletindo um quantitativo aproximado de 1.668 exames/mês, observando um ticket médio de preço de serviço de R\$ 71,39. Acontece que, a instituição HMTJ não aborda a relação e quantitativo de exames, ou seja, faz a sua alegação de forma vazia e aleatória.

Conforme item 3 – QUALIDADE TÉCNICA (pg. 35) do referido Edital, onde apensa o seguinte texto: “Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) ativo e regular na área da saúde, com proposta de aplicação do recurso na unidade hospitalar, com anuência posterior da SES/GO”, a Agir, em sua proposta financeira aloca recursos para a otimização dos serviços serem realizados na Unidade.

A Agir reitera a exequibilidade da sua proposta financeira apresentada, garantindo a qualidade e a confiabilidade dos dados.

2.3. MENÇÃO A EDITAL DIFERENTE DO OBJETO DO CERTAME EM PROPOSTA FINANCEIRA

Com padrão de pensamento arraigado e preso ao excesso de formalismo, a recorrente alega que a proposta de trabalho da Agir deve ser desclassificada devido ao fato, em determinado trecho, constar referência a outro certame.

Tal alegação não deve prosperar, pois trata-se de mero erro material. E, o excesso de formalismo é prejudicial ao serviço público, além de ser incompatível com a Administração Pública contemporânea.

O erro material consiste, apenas, na menção do número do processo do Chamamento Público constante no cabeçalho do documento. Não há no teor da proposta de trabalho apresentada pela Agir, especificações diferentes das exigidas no edital. Todo o seu conteúdo de ordem técnica e financeira refere-se ao Edital 002/2024, estando conforme o mesmo. O que pode ser verificado na própria proposta de trabalho ora sob exame.

A ocorrência apontada pela recorrente nada mais é do que mero erro material. Conforme as regras e a doutrina jurídica, e erro material nada mais é do que um erro perceptível em um documento, por exemplo. Podendo ser detectado a olho nu, sem a necessidade de interpretar o conceito ou examinar o documento por um especialista.

O erro material pode ser conceituado como o equívoco ou inexatidão relacionado a aspectos objetivos como um cálculo errado, ausência de palavras, erros de digitação, troca de nome etc. Exemplos de erro material:

- Trocar o nome de uma das partes/hospitais;
- Digitar números/nomes de forma incorreta;
- Erro de cálculo do valor;

O erro material é caracterizado por sua fácil identificação, isto é, perceptível no primeiro instante de sua visualização. Assim, a constatação do equívoco não necessita de uma complexa análise ou da interpretação de doutrinas, conceitos ou estudos; é percebido por qualquer um. É um erro manifesto, notório, indiscutível, mas que não tem o condão de viciar o documento e/ou o processo.

No meio jurídico há ainda o Princípio da Instrumentalidade (já pacificado nos tribunais), o qual é a base para entender se o erro formal invalidou o documento ou não. Este princípio alerta que, se o documento alcançou a finalidade que se previa ele é considerado válido perante a lei, pois tais falhas não invalidam o documento.

2.4. ATESTADOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO CORPO DIRETIVO DA AGIR. *Princípio da confiança legítima e da segurança jurídica. Dever de diligência da Administração Pública.*

A recorrente, mais uma vez, de forma inadvertida faz alegações infundadas, inverídicas e desarrazoadas. Dessa vez questiona os documentos apresentados para fins de comprovação da experiência da equipe proposta pela Agir para fazer a gestão da unidade de saúde. Alega que a Agir emitiu auto atestado para comprovar a experiência profissional dos seguintes gestores:

Viviane Tavares Ferreira

Dr. Ciro Bruno Silveira Costa

Priscilla Martins Carneiro

Eduardo Martins Carneiro

Washington Bernardes dos Santos

Alega a recorrente que os atestados de qualificação técnica do corpo diretivo apresentados pela Peticionária seriam nulos de pleno direito, visto terem sido emitidos pela própria Agir.

Tal alegação não se sustenta. Passaremos a demonstra o porquê.

Primeiramente, esclarecemos que todos os documentos apresentados seguem integralmente o previsto no edital e demonstram, de forma cabal e legítima, a qualificação técnica exigida.

Os profissionais mencionados na declaração de experiência — Viviane Tavares Ferreira, Ciro Bruno Silveira Costa, Priscilla Martins Pereira, Eduardo Martins Carneiro e Washington Bernardes dos Santos — são empregados celetistas da Agir, com vínculo formal registrado e atuação comprovada em unidades hospitalares sob gestão direta da Agir, localizadas no estado de Goiás.

Esses profissionais possuem histórico de gestão e direção hospitalar que cumpre integralmente a exigência de experiência mínima de 1 (um) ano no gerenciamento de unidade hospitalar, conforme especificado no subitem “Estrutura e experiência da Diretoria” (pág. 35 do edital).

As declarações fornecidas pela Agir são baseadas em registros administrativos internos e históricos de atuação dos profissionais, com detalhamento das funções exercidas e do tempo de experiência.

Diferentemente do que foi alegado pela concorrente, não há conflito de interesses na emissão dessas declarações, pois:

- A AGIR, como empregadora, detém legitimidade e autoridade para certificar a experiência de seus empregados, com base em registros de contratos de trabalho e históricos funcionais.
- A documentação apresentada atende ao edital, que não exige a certificação por entidades externas ou a apresentação de contratos adicionais como comprovação.

A exigência editalícia não especifica que as declarações devam ser validadas por terceiros. Assim, a alegação de nulidade por ausência de “entidade independente” carece de fundamento técnico e jurídico, extrapolando as exigências do certame.

A Agir possui vasta experiência em gestão hospitalar, com histórico de contratos bem-sucedidos em unidades de saúde públicas e privadas. Essa experiência reflete-se na qualificação e na capacidade técnica do corpo diretivo e gerencial, fator corroborado pelas declarações emitidas e pelos resultados alcançados em gestões anteriores.

A documentação apresentada pela Agir para comprovar a experiência da diretoria ou gerência designada atende de forma plena às exigências do edital e trata-se de documento legítimo, idôneo e íntegro. A alegação de nulidade feita pela concorrente não encontra respaldo legal ou técnico e desconsidera a legitimidade da Agir como empregadora para atestar a experiência de seus empregados.

A alegação da recorrente de que as declarações apresentadas pela AGIR não especificam que os diretores mencionados exerceram suas funções em unidades hospitalares é infundada.

É imprescindível destacar que todas as declarações foram elaboradas em papel timbrado de cada unidade hospitalar sob gestão da AGIR, contendo, de forma expressa:

- O nome da unidade hospitalar:

HASH TOTVS: 8F-66-8A-22-48-B3-23-13-62-F0-89-05-43-4E-4F-5E-31-ER-3d-E4



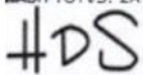
SES
Secretaria de
Estado de
Saúde



DECLARAÇÃO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde – AGIR, inscrita no CNPJ sob o nº 05.029.600/0009-53, atesta para os devidos fins que o Sra. **VIVIANE TAVARES FERREIRA**, inscrita no CPF sob o nº 818.184.751-20, trabalha nesta empresa exercendo de forma eficiente e com competência o cargo de **DIRETORA**, realizando as seguintes atividades de Gestão:

HASH TOTVS: 2A-02-58-38-4A-95-51-EA-8F-F2-CD-BC-19-1B-FA-EB-FF-F3-CB-05



Hospital Estadual de Dermatologia Sanitária Colônia Santa Marta



DECLARAÇÃO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde – AGIR, inscrita no CNPJ sob o nº 05.029.600/0004-49, atesta para os devidos fins que o Sra. **VIVIANE TAVARES FERREIRA**, inscrito no CPF sob o nº 818.184.751-20, trabalhou nesta empresa exercendo de forma eficiente e com competência o cargo de **DIRETORA**, em unidade de saúde de atenção secundária, a saber, HDS, realizando as seguintes atividades de Gestão:

E assim se repete em todas as declarações questionadas pela recorrente. Em todas elas contam:

- O CNPJ da unidade correspondente, validando a origem e autenticidade do documento;
- A descrição das funções desempenhadas pelos diretores, incluindo os períodos de atuação e a confirmação de que as atividades ocorreram em ambiente hospitalar, atendendo plenamente às exigências do edital.

Portanto, resta claro que as declarações fornecem informações claras e objetivas que demonstram, de forma incontestável, a experiência dos diretores no

Instagram @agirsaude

LinkedIn /agirsaude

Email secretariageral@agirsaude.org.br

Facebook /agir.saude

YouTube /tvagir

Telefone (62) 3995-5406

Twitter /agirsaude

Localização Av. Olinda com Av. PL3, Qd. H4 Lt 1,2,3 Ed. Lozandes Corporate Design, Torre Business, 20º Andar, Parque Lozandes. Goiânia - Goiás - CEP: 74884-120

gerenciamento de unidades hospitalares específicas, nos moldes exigidos pelo edital de regência.

A documentação apresentada pela AGIR está em conformidade com os critérios estabelecidos no edital, cumprindo os requisitos de clareza e especificidade. A alegação de desqualificação das declarações por ausência de informações sobre as unidades hospitalares não procede, visto que as mesmas foram devidamente identificadas em documentos emitidos com as devidas formalidades legais.

Dessa forma, reafirmamos que as declarações de experiência são legítimas e plenamente aptas para comprovar a qualificação técnica da diretoria indicada, mantendo a integridade e a legalidade do processo.

Imprescindível trazer à memória que a AGIR trata-se de organização social tradicionalíssima no Estado de Goiás, com mais de 20 (vinte) anos de atuação, destacando-se no gerenciamento de unidades públicas de saúde de média e alta complexidade, bem como trabalhando lado a lado com governo estadual para incrementar e aprimorar o setor de saúde, ofertando assistência apropriada e humanizada aos pacientes atendidos, com excelência, segurança e qualidade, sendo relevante ressaltar ainda que, atualmente, a AGIR administra 04 (quatro) unidades de saúde da rede pública do Estado de Goiás (CRER, HECAD, HDS e HUGOL).

Ao longo de sua extensa atuação, a AGIR participou de diversos procedimentos de seleção pública no âmbito estadual, sempre demonstrando a qualificação técnica de seu corpo diretivo por meio de atestados elaborados pela própria organização social.

Tais atestados nunca foram objeto de questionamento por parte do Estado de Goiás, que por diversas vezes celebrou contratos de gestão com a ora Recorrida, sendo inclusive escolhida para gerir unidades hospitalares em caráter emergencial durante o período pandêmico da COVID-19, evidenciando-se, também nestas oportunidades, a confiança que o Estado possui nos serviços desempenhados pela AGIR e por todo o seu corpo diretivo.

Por este motivo, causa estranheza que os atestados da Peticionaria tenham sido agora objeto de questionamento por parte do Recorrente.

Não se pode deixar de mencionar que um suposto provimento das arguições do recorrente acerca dos atestados de qualificação técnica apresentados pela Peticionaria, representaria violação ao princípio da confiança legítima, decorrente do princípio da segurança jurídica.

Isto porque, consoante já mencionado, tais atestados nunca foram questionados pelo Estado de Goiás ao longo de mais de 20 anos, que repetidas vezes se mostrou satisfeito com os documentos e qualificações apresentados. Não seria por outro motivo que a AGIR atualmente gere 04 (quatro) unidades hospitalares da rede pública do Estado, já tendo celebrado diversos contratos de gestão e aditivos no âmbito estadual ao longo de toda a atuação da entidade.

Portanto, eventuais questionamentos, neste momento, representariam comportamento diametralmente oposto ao que vem sendo adotado pelo Estado de Goiás nos últimos anos, sendo certo que a Administração Pública não pode, no trato com os particulares, pautar-se de modo confuso ou contraditório, deliberando pela prática de determinado ato e depois o desconhecendo, com a prática de outro em

sentido absolutamente inverso, e mais grave: com imposição de prejuízos a quem apenas agiu em conformidade com a primeira decisão administrativa.

Acerca do princípio da confiança legítima Alexandre Santos de Aragão estatui com precisão:

A noção de Segurança Jurídica, apesar de multifacetária, não é difícil de intuir, e circunscreve-se num amplo espectro que vai desde a existência de instituições garantidoras dos direitos fundamentais (Judiciário, Administração) à clareza das normas jurídicas e ao respeito aos acordos firmados.

(....)

Assim, protege-se a confiança legítima dos particulares em relação à Administração Pública e se proíbe que a Administração adote comportamentos contraditórios em relação a casos anteriormente assemelhados.

A proteção da confiança legítima é intimamente ligada à noção de a praxe administrativa ser uma fonte do Direito Administrativo, como vimos no capítulo das Fontes do Direito Administrativo. **Significa, em essência, que o Estado se autovincula quando, por comportamentos firmes e estáveis, cria uma expectativa legítima do cidadão em relação à continuidade daquela postura.** (...) (Curso de Direito Administrativo. Forense: Rio de Janeiro, 2012, página 66 – grifos são do original).

No mesmo sentido já decidiram o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO DE TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE. SÚMULA 619/STJ. NÃO APLICABILIDADE AO CASO CONCRETO. TERMO DE ACORDO. PRINCÍPIO DA CONFIANÇA E SEGURANÇA JURÍDICA. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. [...] 2. **Considerando as peculiaridades mencionadas, o termo de acordo celebrado entre as partes deve ser norteado pelos Princípios da Segurança Jurídica e a Proteção à Confiança. Em verdade, o princípio da segurança jurídica, também envolto aos da boa-fé e da confiança legítima, relaciona-se com o caráter psicológico do jurisdicionado que acredita estar atuando em conformidade com o direito, e na espécie, não pode após décadas, ser surpreendido com a negativa de cumprimento do acordo, principalmente,**

in casu, em que outras famílias, em situação idêntica, já foram agraciadas com outros imóveis e/ou soluções. [...] Apelação Cível e Recurso Adesivo conhecidos e parcialmente providos. (TJGO; Apelação Cível nº 5110351-09.2019.8.09.0051; Desembargado Relator Gilberto Marque Filho, julgado em 24/03/2021).

Nesse toar, encontramos outro limite à ideia da inexistência de direito adquirido regime jurídico, qual seja, o da segurança jurídica. Ora, é essencial para concretização de um Estado de direito, a estabilidade das relações jurídicas, tanto que a Constituição Federal, em seu artigo 5º, elevou o princípio da segurança a direito fundamental individual, também oponível ao Estado por disposição do artigo 2º da Lei nº 9.784/99. Leia-se:

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

IV- atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.

A necessidade de a Administração agir com boa-fé é ainda mais evidente quanto à instituição de regimes jurídicos, já que a partir desses surgem posições jurídicas ocupadas pelos administrados, apoiadas na confiança legítima depositada na Administração, já que não há garantia dada por essa de efetivo cumprimento das disposições prescritas na norma editada (princípio da supremacia).

Assim, a relação entre administração e administrado inspira confiança, depositada no Poder Público que tem o dever positivado de agir com boa-fé, decoro e probidade (Lei nº 9.784/99, artigo 2º, parágrafo único, inciso IV). Certamente, o regime jurídico em si e a contrapartida do Poder Público geram legítimas expectativas de direito, igualmente tuteladas pelo ordenamento jurídico, contempladas pelo dever estatal de garantia de estabilidade jurídica.

Transcrevo a lição de Judith Martins Consta sobre o tema:

A confiança, traduzida nos deveres de agir com boa-fé e com adstrição à lealdade implicará, por evidente, a relativa restrição de certos poderes da administração pública. Considera-se que, quando órgãos ou autoridades públicas provocam, com suas declarações no mundo jurídico, o nascimento de legítimas expectativas, devem essas ser tuteladas... (In: A proteção da Legítima confiança nas relações obrigacionais entre a administração e os particulares. In Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, vol.22, set.2002).

(TJGO; Mandado de Segurança nº 5165135.60.2017.8.09.0000; Desembargadora Relatora Nelma Branco Ferreira Perilo; julgado em 08/02/2018).

Nesse sentido, lição de Flávio Tartuce:

‘Pela máxima *venire contra factum proprium non potest*, **determinada pessoa não pode exercer um direito próprio contrariando um comportamento anterior, devendo ser mantida a confiança e o dever de lealdade, decorrentes da boa-fé objetiva.** (...).

Nesse cenário conflitante, a ARTESP **ao adotar decisão em contradição à conduta assumida por ela anteriormente, não pode submeter a apelante aos danos que emergem de uma conduta inesperada, o que caracteriza ofensa à segurança jurídica, diante da instabilidade e incerteza causada ao administrado,** (...) (TJSP; Apelação Cível 1026804-67.2016.8.26.0053; Relator (a): Heloísa Martins Mimessi; Órgão Julgador: 5ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 13ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 09/10/2017; Data de Registro: 10/10/2017 – grifos não são do original).

Ressalta-se, ainda que a qualificação/aptidão em debate diz respeito à capacitação técnico profissional inserta em contratos de gestão executados pela Peticionaria firmados, todos eles, com a própria Administração Pública Estadual, sendo plenamente possível que, para o caso de o Estado de Goiás possuir quaisquer eventuais dúvidas acerca da legalidade e veracidade dos atestados fornecidos, ele poderá realizar diligências internas, visto que o art. 59, § 2º e o art. 64, da Lei nº 14.133/2021 permite a promoção de diligências em qualquer fase da licitação a fim de esclarecer ou complementar a instrução do processo e, neste mesmo sentido, os itens 7.1.4, 10.9 e 17.3 do Edital permitem que a Comissão Interna de Contrato de Gestão em Serviços de Saúde promova quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas.

Este também é o entendimento adotado pelo Tribunal de Contas do Estado do Goiás. Veja-se:

De se registrar, também, que a Lei nº 8.666/93, prevê no § 3º do art. 43 a faculdade da Comissão de Licitação e da autoridade superior de promover diligência, em qualquer fase da licitação, com a finalidade de esclarecer ou complementar a instrução do processo, desde que não ocorra a inclusão

posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Mencionada faculdade pode se traduzir em um verdadeiro dever para a Administração quando presentes razões de interesse público, tais como a necessária ampliação da competitividade, a busca da proposta mais vantajosa, bem como a aplicação do formalismo moderado ponderado com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. (TCE/GO – Processo nº 201900047002811/312, Conselheiro Relator Carla Cintia Santillo, julgado em 09/06/2021).

8. Essa vedação enaltece o disposto no § 3º, do art. 43, da Lei nº 8.666/1993, ao facultar aos responsáveis pela condução do procedimento licitatório a possibilidade de realizar diligência para o esclarecimento de dúvidas relacionadas à instrução processual, por exemplo, para confirmar a autenticidade de determinado documento. Portanto, meio legal e adequado para esclarecer ou completar a instrução processual dos processos e procedimentos licitatórios. (TCE/GO – Processo nº 201900047001843/312, Conselheiro Relator Edson José Ferrari, julgado em 06/06/2020).

Cumpramos ressaltar, que a recorrente incide em erro – ou talvez não! Talvez o recorrente tenha maliciosamente buscado causar confusão.... – ao confundir os conceitos de qualificação técnico-operacional (que é a qualificação da própria entidade) com qualificação técnico-profissional (que é a qualificação do corpo de profissionais da entidade).

Esclareça-se que a Peticionária não veio aos autos do Chamamento Público dizer da sua qualificação técnico-operacional, própria da entidade, enquanto pessoa jurídica responsável pelo gerenciamento das operações existentes em cada uma das instalações objeto de contratação com SES/GO. Não foi isto que se fez.

No presente caso, os atestados emitidos pela Agir comprovam apenas a qualificação técnico-profissional de seu corpo diretivo, seu pessoal próprio, por ela selecionado, diretamente contratado, a ela diretamente vinculado, e cujas atividades são também por ela diretamente acompanhadas na qualidade de gestora das instalações médico-hospitalares nas quais tal equipe desempenha suas atividades técnicas, sendo certo que seus atestados de qualificação técnico-operacional, estes sim foram emitidos pela Secretaria de Saúde do Estado de Goiás-SES /GO, não havendo que se falar em auto atestação, restando comprovada a experiência da entidade e de seus funcionários na execução do objeto ora licitado.

Por fim, ao contrário do que faz querer crer o ora recorrente, destaca-se que o entendimento do Tribunal de Contas da União por ele trazido em suas razões recursais nem ao menos faz menção ao caso sob análise, visto tratar apenas de atestados de capacidade técnico-operacional, e não de atestados de capacidade técnico-profissional.

Mais uma vez a recorrente apresenta alegações equivocadas e infundadas a fim de tentar confundir a Comissão julgadora.

Por óbvio, para além de não merecer provimento, é o caso de rejeição liminar do próprio conhecimento para processamento da matéria nesta parte, o que desde já se requer.

2.4. ALEGAÇÃO DE FALHA NO FLUXO DE ROUPARIA

A recorrente tenta imprimir falha no fluxo de rouparia apresentado pela Agir em sua proposta. Tal tentativa não se sustenta e não deve prosperar como demonstraremos a seguir.

A Agir apresentou o fluxo como perspectiva macro, pautada de informações obtidas pelo certame e visita técnica na Unidade, não estando diariamente na Unidade e nem municiada de informações detalhadas que só que faz a gestão da unidade de saúde, como é o caso da recorrente HMTJ, atual gestora da policlínica, tem condições de fazer. Dessa forma, as particularidades e adequações necessárias serão tomadas a partir da implantação e/ou avaliação do serviço *in locu*.

Ainda, há que se considerar que é perceptível que a unidade não terá apenas material descartável, afinal, não se usa descartável para limpar pisos, considerando que a Agir possui práticas com a utilização de refis de mops e tão quanto panos 100% algodão, onde os mesmos, na estrutura de controle e infecção praticadas pela Agir, são processados em lavanderias habilitadas e/ou mantem na Unidade um espaço de lavanderia devidamente aprovada pela vigilância sanitária local, mesmo que simplificada, mas com ordenamento adequado para guarda de roupas sujas, separação e higienização, valendo-se de todas as questões de biossegurança.

A Agir também adota práticas de acolhimento humanizado e busca promover conforto ao usuário, sendo que para macas, cadeiras, exames, etc., poderá ser adotado o uso de lençóis de tecidos, não sendo exclusivamente descartáveis, direcionando assim a partir da estrutura de governança corporativa da AGIR, frente a experiência do paciente, a necessidade de processadora e manutenção de fluxo de roupa citado na proposta.

2.5. ALEGAÇÃO DE FALHA NO FLUXO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SAÚDE

A recorrente, também, tenta imprimir falha no fluxo de gerenciamento de resíduos de saúde apresentado pela Agir em sua proposta. Tal tentativa não se sustenta e não deve prosperar como demonstraremos a seguir.

Ressalta-se que a Agir possui fluxos definidos, além de uma estrutura corporativa e em cada Unidade de Saúde gerenciada, responsável pela governança do tema em questão, a incluir ainda, o comitê da NR-32 e/ou Comissão Gestora Multidisciplinar de Prevenção de Acidentes com material perfurocortante, obedecendo rigorosamente a estrutura legal pertinente e não mantendo redundância do tema no PGRSS, já que no comitê da NR 32 é obrigatório a presença do representante responsável pela PGRSS.

A Agir é uma das poucas Instituições no Estado de Goiás que além de participar do PHS - Programa Hospitais Saudáveis, mantendo o desafio resíduos, sendo essa adesão uma referência de alto impacto no que se tem de mais moderno e contemporâneo no tema frente a inclusão de boas práticas reconhecidas nacionalmente, ainda, a Agir adota todo um arcabouço de compliance, a incluir a RDC 222/18, Lei Federal 12305/2010 e lei municipal específica, sendo míope avaliar apenas a legislação federal sem coadunar com legislações específicas do município, com a liberdade técnica e com modelos de tratamento de resíduos e rejeitos que vão para além da incineração que permeia em alto impacto ambiental, a incluir, a adoção de possibilidades de logística reversa, reutilização e reciclagem, conforme citado na RDC 222/18, incluindo frascos de rejeitos do grupo B.

Atualmente, a Agir não mistura vidros perfurocortantes de medicamentos em grupo E conforme equivocadamente apontado, afinal, em suas práticas, ocorre da utilização de caixas perfurocortantes laranjas para químicos e amarelas para biológicas grupo E, algo bastante moderno e pouco conhecido por

demais unidades que fazem gestão de resíduos, logo, a alegação da recorrente não prospera e ainda demonstra fragilidade no seu sistema de gerenciamento de resíduos. Deve ser, portanto, invalidada.



Perfurocortante grupo E



Perfurocortante grupo B

Ressalta ainda, que a Agir gerencia indicadores constando grupos e subgrupos de rejeitos, tendo total controle de toda a produção de rejeitos grupo A e seus subgrupos (A1, A3, A4 e A5), grupo de resíduos B, de rejeitos B, resíduos D e rejeitos D, perfurocortante E, algo frágil em grande parte das Unidades de Saúde no Brasil, pois se a unidade mistura vidros de medicamentos como biológico, não terão dados de indicador com estratégia administrativa adequada, além de demonstrar fragilidade em seu modelo de gestão ambiental, algo atualmente comum nas unidades de saúde devido à baixa capacidade técnica e não tratar resíduos como tema estratégico, diferente, a Agir possui estruturado departamento ambiental com foco em manter o que se tem de mais moderno no Brasil frente ao tema resíduos, incluindo software de gestão ambiental com toda a legislação atualizada e auditada voluntariamente frente ao modelo do sistema ISO 14001, práticas essas apenas adotadas em Hospitais de ponta da ANAHP.

Ressalta-se ainda, que conforme artigo 60 da RDC 222/18 parágrafo único, grupo B podem ser direcionados para recuperação ou reutilização, assim,

Instagram @agirsaude

LinkedIn /agirsaude

Email secretariageral@agirsaude.org.br

Facebook /agir.saude

YouTube /tvagir

Phone (62) 3995-5406

Twitter @agirsaude

Location Av. Olinda com Av. PL3, Qd. H4 Lt 1,2,3 Ed. Lozandes Corporate Design, Torre Business, 20º Andar, Parque Lozandes. Goiânia - Goiás - CEP: 74884-120

todavia, a incluir, todos os elementos químicos atóxicos ou tóxicos, a Agir promove gestão de inventário químico, possui estudo de incompatibilidade e ainda adota práticas como logística reversa com fornecedores, através de acordos setoriais, algo moderno e pouco praticado por Instituições de Saúde no Brasil, demonstrando o compromisso socioambiental que a Agir atrela em sua gestão estratégica, como já dito, assim, mais uma vez, o questionamento feito mostra baixa maturidade em gestão ambiental por parte da recorrente.

No que tange medicações potencialmente tóxicos, proposto no artigo 59 da RDC 222/18 como resíduos de medicamentos contendo produtos hormonais e produtos antimicrobianos; citostáticos; antineoplásicos; imunossuppressores; digitálicos, imunomoduladores; anti-retrovirais, quando descartados por serviços assistenciais de saúde, farmácias, drogarias e distribuidores de medicamentos ou apreendidos, devem ser submetidos a tratamento ou dispostos em aterro de resíduos perigosos – Classe I, sendo que a Agir promove retenção dos Manifestos de Resíduos gerados no SINIR - Sistema Nacional de Informação de Resíduos Sólidos e ainda gerencia a licença e condicionantes de licenças ambientais das empresas contratadas e tão quanto dos aterros sanitários classe I e classe II e ainda segue rigorosamente a NBR 10004 (resíduos sólidos - classificação) no processo gerencial em complementação as legislações anteriores, ainda, no aspecto de governança é mantido software de gestão específica para controle ambiental.

Neste sentido, além do sistema de gestão de resíduos da Agir seguir o que se tem de mais moderno, encontra-se em consonância com Lei Federal 12305/2010, onde além de separar adequadamente os rejeitos, ainda, frascos vistos por muitos como perigosos e incinerados, para a Agir é possível permitir destinações que sejam ambientalmente corretas, mitigando impactos ambientais oriundos de incineração e aumentando a responsabilidade ambiental, além de ter consonância com

a lei, afinal, logística reversa é permitido e pouco adotado e compreendido por unidades de saúde, conforme artigo 6º da RDC 222/18 que aponta : V – quando aplicável, contemplar os procedimentos locais definidos pelo processo de logística reversa para os diversos RSS, então, não existe PGRSS padrão e engessado, ele é adaptável a cultura e a seriedade estratégica e ao desdobramento técnico e ambiental que a unidade adota, algo ainda incipiente para grande parte das organizações, como já dito.

Para finalizar, a Agir traz consigo o conceito bem definido e desdobrado entre resíduos e rejeitos, sendo que resíduos é buscado a institucionalização do Modelo de Desenvolvimento Limpo (MDL), além de economia circular, buscando assim mitigação dos impactos ambientais, a incluir, frasco de hipoclorito que atualmente não é incinerado, mas retornado em logística reversa aos fornecedores como resíduo, ainda, o que é rejeito, como tóxicos medicamentosos, frascos não institucionalizados em logística reversa, pilhas, baterias e lâmpadas (apesar que a Agir vem estruturando logística reversa, pois a Lei Federal 12305/2010 traz obrigatoriedade) a organização dispõe de forma adequada, seguindo rigorosos sistemas de separação, acondicionamento, pesagem, controle por Manifestos e rastreabilidade, além de separar perfuros, químicos e biológicos em caixas distintas por coloração diferentes (laranja - tóxico B, amarela - biológicos E), colocando a Agir em destaque nacional em gestão de resíduos, conforme auditorias do SGA ISO 14001 e as práticas acreditadas e auditadas da ONA e ISO 9001, tudo em consonância com as melhores práticas adotada na PHS

2.6. ALEGAÇÃO DE OS PROTOCOLOS ASSISTENCIAIS DE FLS. 450 E 451 (DA PROPOSTA AGIR) NÃO ATENDEM AO EDITAL

 @agirsaude

 /agirsaude

 /agir.saude

 /tvagir

 /agirsaude

 secretariageral@agirsaude.org.br

 (62) 3995-5406

 Av. Olinda com Av. PL3, Qd. H4 Lt 1,2,3 Ed. Lozandes Corporate Design, Torre Business, 20º Andar, Parque Lozandes. Goiânia - Goiás - CEP: 74884-120

De forma genérica, desarrazoada, sem fundamentação, leviana, sem especificação e vazia o recorrente alega que os protocolos assistências apresentados pela Agir em sua proposta de trabalho às fls. 450 e 451 não atendem ao edital

Inicialmente, a Peticionária não pode deixar de assinalar que à míngua de qualquer fundamento que pudesse auxiliar seu objetivo de questionar validamente a Proposta de Trabalho da Agir, o recorrente deliberou pela adoção do caminho da distorção e das alegações vazias. Mero inconformismo.

É sabido que um processo de chamamento de público as avaliações ocorrem pela proposta apresentada do plano de trabalho, para pautar o objeto em questão, contudo, não é possível precisar a data prevista para finalização de todo o rito do certame, nem mesmo de fato garantir a homologação do resultado, desta forma torna-se imprescindível a revisão, adequação e atualização de todos os documentos para que sejam colocados em uso e praticados no dia-dia da Unidade.

Importante ressaltar que requisitos como data de elaboração, revisão, aprovação, publicação, controle documental, assinatura, entre outros, são requisitos constantes na minuta contratual, anexo ao edital, e não na descrição de requisitos de pontuação do edital para apresentação do item em questão. Ainda a Agir fez constar, pág 448, as referências e boas práticas em que se pautou a proposta de cada protocolo.

2.7. AS PONTUAÇÕES ATRIBUÍDAS ÀS PROPOSTAS DE TRABALHO DO HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS E DA AGIR; manutenção das pontuações;

O recorrente Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus-HMTJ pleiteia ampliação de pontuação de sua proposta de trabalho. Adicionalmente, o recorrente

pleiteia cancelamento de pontuação da proposta de trabalho da Agir em diversos quesitos.

A Peticionaria destaca que em todas as matérias recursais supra aludidas, o recorrente não trouxe qualquer alegação e ou elemento recursal que denotasse interferência para com o quanto apreciado e notificado em sede de julgamento das propostas de trabalho, motivo pelo qual a decisão recorrida se mostra impecável, mantendo-se inabalada por seus próprios fundamentos.

O recurso não merece provimento.

3. PEDIDOS

Ante todo o exposto, a Agir requer seja negado provimento ao Recurso Administrativo ora em análise, com a consequente manutenção da r. decisão recorrida em todos os seus aspectos, conforme fatos e fundamentos esposados nas presentes razões.

Termos em que, pede deferimento.

Goiânia, 22 de novembro de 2024.

Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde-AGIR

Lucas Paula da Silva

Superintendente Executivo

CPF: 894.828.751-68

 @agirsaude

 /agirsaude

 secretariageral@agirsaude.org.br

 /agir.saude

 /tvagir

 /agirsaude

 (62) 3995-5406

 Av. Olinda com Av. PL3, Qd. H4 Lt 1,2,3 Ed. Lozandes Corporate Design, Torre Business, 20º Andar, Parque Lozandes. Goiânia - Goiás - CEP: 74884-120

Agir Policlínica Contrarrazões Recurso HMTJ.pdf

Documento número #97fe97de-36e3-4b1d-845c-678b451b91ab

Hash do documento original (SHA256): 41480b1110441630b0fc3964d99440061b3df103aab0a48c7111223b00bed2f2

Assinaturas



Lucas Paula Da Silva

CPF: 894.828.751-68

Assinou como procurador em 22 nov 2024 às 14:37:13

Log

- 22 nov 2024, 14:22:56 Operador com email shaiany@agirsaude.org.br na Conta 4d428d50-c96f-4413-8e19-158689dbe9d6 criou este documento número 97fe97de-36e3-4b1d-845c-678b451b91ab. Data limite para assinatura do documento: 22 de dezembro de 2024 (14:22). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 22 nov 2024, 14:22:57 Operador com email shaiany@agirsaude.org.br na Conta 4d428d50-c96f-4413-8e19-158689dbe9d6 adicionou à Lista de Assinatura: lucas.silva@agirsaude.org.br para assinar como procurador, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Lucas Paula Da Silva e CPF 894.828.751-68.
- 22 nov 2024, 14:37:14 Lucas Paula Da Silva assinou como procurador. Pontos de autenticação: Token via E-mail lucas.silva@agirsaude.org.br. CPF informado: 894.828.751-68. IP: 179.254.244.198. Componente de assinatura versão v1.1053.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 22 nov 2024, 14:37:14 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 97fe97de-36e3-4b1d-845c-678b451b91ab.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 97fe97de-36e3-4b1d-845c-678b451b91ab, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.